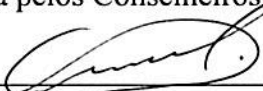


ATA DA 20ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às catorze horas e trinta minutos, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada à Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita por e-mail pelo Presidente e publicação no Diário Oficial do Município - DOM, com a participação dos seguintes conselheiros: Leonardo Pessoa Paolucci, Presidente, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Oliveira Góes, Lucy Fátima de Assis Freitas, Gleison Pereira de Souza, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Nivaldo Lara Arruda, Márcia Cristina Ferreira do Carmo e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal de Gestão Previdenciária e os servidores da Unidade Gestora Roberta Ester Senna, Fernando Ferreira Calazans, Alexandre Fonseca Dias e Arilda Alves Rodrigues Barbosa. O suplente do Conselheiro Ângelo Flores, Jacó Lampert, foi convocado e justificou a sua ausência. Leonardo Paolucci iniciou a reunião às 14h45 e determinou que a Unidade Gestora - UG providenciasse crachá para os Conselheiros e orientasse ao GAB-SMPL para abrir a sala de reunião com antecedência de uma hora, atendendo reivindicação dos Conselheiros. O primeiro ponto de pauta foi a ata da reunião anterior que foi aprovada por todos. Arilda Alves iniciou o segundo ponto de pauta que foi a apresentação dos demonstrativos previdenciários do 5º bimestre. Foi sugerido pelos Conselheiros que fossem demonstrados os aportes feitos pelo Tesouro para os próximos bimestres. O terceiro ponto de pauta foi a aprovação da Política de Investimentos. Alexandre Fonseca iniciou a apresentação perguntando aos Conselheiros se tinham alguma consideração sobre a minuta encaminhada por e-mail. Nenhum Conselheiro apresentou observações. Então, Alexandre Fonseca disse que em relação à minuta apresentada em novembro a UG propôs mudança na referência da meta atuarial, alterando de 6% para 4,5% do IPCA. Wanderson Rocha questionou qual a rentabilidade que o RPPS tinha alcançado em 2013, o que foi explicado que a meta atuarial não seria alcançada, fato idêntico a de outros RPPS's em 2013 e que o índice correto seria informado no encerramento do exercício. Márcio Dutra explicou que a UG possuía autonomia na aplicação dos recursos, mas de acordo com a política de investimentos aprovada pelo Conselho. Gleison Pereira comentou sobre a sua experiência como gestor do RPPS do Estado de Minas Gerais e enfatizou que a Política de Investimentos é definida pelo Conselho de Administração, mas a execução é uma tarefa do Gestor, pois a área técnica precisa ter liberdade para atuar, dentro dos limites aprovados para a política de investimentos. Leonardo Paolucci sugeriu que a Política de Investimentos fosse aprovada e lembrou que caso necessário o Conselho poderia alterar a Política. Afonso Celso disse que teve dificuldades em entender a apresentação da política de investimentos, o que pode ter gerado dúvidas também para outros Conselheiros. Wanderson Rocha informou que encaminhou um e-mail para a Previdência sugerindo a criação de um Comitê de Investimentos, com participação dos Conselheiros, para avaliar a rentabilidade e subsidiar as decisões do Conselho de Administração. Leonardo Paolucci concordou com a criação do Comitê, mas que seria importante que ele fosse composto por pessoas entendidas do assunto para que pudessem auxiliar as decisões do Conselho. Márcio Dutra sugeriu a data de 14/01 para a próxima reunião tendo como pauta a apresentação do demonstrativo previdenciário do 6º bimestre e a discussão da criação do Comitê de Investimentos. Fernando Calazans citou a Lei 10.362/11 que define que é de competência da UG a operacionalização dos investimentos em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. Leonardo Paolucci novamente sugeriu colocar em votação a Política de Investimentos. Wanderson Rocha questionou se a Política de Investimentos poderia ser alterada a qualquer instante. Márcio Dutra esclareceu que uma vez aprovada ela só pode ser alterada depois de 90 (noventa) dias. Wanderson Rocha solicitou que as reivindicações dele fossem inseridas na Política de Investimentos. Os Conselheiros solicitaram que fosse

UF UF



lido o e-mail do Wanderson Rocha, o que foi feito por Roberta Senna. Após, foi pedido que se inserisse na ata. "Prezado Presidente do Conselho de Administração do RPPS, Sr. Leonardo Paolucci Diante das incertezas no país no que se refere aos rendimentos econômicos proponho, como ocorre em alguns conselhos, a constituição de uma Comitê de Controle e Acompanhamento com a constituição de membros do Conselho de Administração e Fiscal, em conjunto com a Unidade Gestora e consultoria a ser contratada. Este comitê efetuará o acompanhamento, a análise e o controle das aplicações financeira, dos segmentos de mercado e das instituições Financeiras, frente à Política de Investimentos 2014. O Comitê será um órgão consultivo e possibilitará, caso seja necessário, a exclusão, inclusão ou alteração das Aplicações e Instituições Financeiras com pior desempenho ou baixa avaliação, bem como a qualidade do serviço prestado. A reavaliação das aplicações no mercado e as taxas de risco e atratividade podem ser baseadas nos seguintes pontos: 1. Resultados mensais e trimestrais; 2. Acompanhamento da rentabilidade proposta pela Política de Investimento 2014 e 3. Análise, conjuntura, expectativas e cenários para cada trimestre, levando-se em consideração os indicadores econômicos contidos na Política de Investimento 2014. Poderão ocorrer encontros mensais. Aguardo retorno de recebimento". Leonardo Paolucci sugeriu colocar o assunto sobre a criação do Comitê de Investimento em votação. Wanderson Rocha, Nivaldo Lara, Célia de Lélis, Israel Arimar, Márcia Cristina, Gleison Pereira, Lucy Assis, Afonso Celso e Sidnei Bispo votaram a favor. Beatriz Góes votou contra e Leonardo Paolucci se absteve. Em seguida, foi colocada em votação a Política de Investimentos. Wanderson Rocha, Nivaldo Lara, Célia de Lélis, Márcia Cristina, Gleison Pereira, Beatriz Góes, Leonardo Paolucci, Lucy Assis, Afonso Celso e Sidnei Bispo votaram pela aprovação. Israel Arimar se absteve justificando seu voto por confiar no atual gestor da UG, mas que poderá haver mudanças na UG e ele prefere abster. Antes da assinatura da Política de Investimentos, alguns Conselheiros solicitaram a inclusão de um texto na Política de Investimentos garantindo a possibilidade de participação de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no Comitê de Investimentos. O que foi acatado e a Política foi assinada. Afonso Celso sugeriu a elaboração de uma carta do Conselho em solidariedade ao Conselheiro Ângelo Flores e sua família. Fernando Calazans propôs que a UG elabore um estudo sobre a experiência de outros RPPS para subsidiar o debate sobre a criação do Comitê de Investimentos. Os trabalhos foram encerrados às 16h39. Nada mais a ser tratado, eu, Roberta Ester Senna, lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos Conselheiros presentes.



Leonardo Pessoa Paolucci



Afonso Celso Renan Barbosa



Beatriz de Oliveira Góes



Gleison Pereira de Souza




Lucy Fátima de Assis Freitas

Sidnei Bispo



Célia de Lélis Moreira



Israel Arimar de Moura



Márcia Cristina Ferreira do Carmo



Nivaldo Lara Arruda



Wanderson Paiva Rocha